

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Programa de Integridade	6
5.5 - Alterações significativas	7
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	8

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	14
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	17
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	18
10.5 - Políticas contábeis críticas	19
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	24
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	25
10.8 - Plano de Negócios	26
10.9 - Outros fatores com influência relevante	28

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia implantou uma Política de Gestão de Riscos, que estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de Gestão de Riscos Corporativos da CRT, aderente a Política estabelecida pela Invepar, com as adaptações necessárias ao cumprimento do contrato de concessão e ao modelo de governança da CRT.

Esta Política busca possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos operacionais, de mercado, de liquidez, de crédito, de imagem e socioambientais.

A Política de Gestão de Riscos tem os seguintes documentos com referência:

- Acordo de Acionistas e Atas de Delegação de Competências;
- Estatuto Social da CRT;
- Código de Ética e Conduta da CRT;
- Política de Gestão de Riscos Financeiros da Invepar;
- ISO 31000, Risk Management – Principles and guidelines;
- ABNT, norma
- COSO Updated, Internal Control – Integrated Framework – 2013;
- COSO, Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada: Técnicas de Aplicação – 2007; e
- IBGC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – Orientação para Gerenciamento de Riscos Corporativos - 2007.

A Política de Gestão de Riscos aplica-se a todos os colaboradores e administradores estatutários, independente de cargo, função ou responsabilidade, que direta ou indiretamente participem da gestão de riscos da Empresa.

Também estão definidos os diversos tipos de riscos associados aos diferentes eventos que possam afetar negativamente a realização dos objetivos da empresa ou de seus processos, assim como as diretrizes e as responsabilidades de cada nível da organização, incluindo desde o Conselho de Administração e a diretoria até os colaboradores.

Em complemento à Política em referência, a Norma de Gestão de Riscos, tem a finalidade de traçar as normas e regras garantindo a identificação, a classificação e a avaliação do grau de riscos, e sua gestão eficiente, apoiando a Diretoria no processo de tomada de decisão com foco no alcance dos objetivos corporativos definidos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Em conformidade com a Política de Gestão de Riscos, a Companhia não atua no mercado de derivativos e sua Política é de maximização do pagamento de dividendos e da remuneração das debêntures, concentrando suas aplicações o curto prazo, em papéis de pouco risco, não realizando operações de Hedge.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

O objetivo dos controles internos adotados pela Companhia é o de proteger seus ativos, verificar a confiabilidade de seus dados contábeis, promover eficiência operacional e assegurar a aderência às políticas definidas pela Companhia.

O processo de controles internos da Companhia é baseado no framework emitido pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) em 2013.

Como parte integrante de seu ambiente de controles internos, a Companhia adota como principais práticas:

Políticas, Regulamentos, Procedimentos e Instruções de Trabalho, os quais fornecem diretrizes gerais e específicas para condução dos processos de forma alinhada aos objetivos corporativos;

Regulamento de Alçadas e Limites atualizado, que estabelece responsabilidades nos processos decisórios;

Atividades de controle sobre tecnologia da informação, tais como análise de conflitos de segregação de funções, gestão de acessos, sistemas de detecção e testes de vulnerabilidade;

Estrutura de governança estabelecida para acompanhamento do desempenho dos controles Internos é composta pelos Gestores das áreas operacionais, pela Diretoria Executiva, Comitê de Ética e Conselho de Administração da CRT;

Atividades de controle nos processos de negócios, incluindo o processo de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, tais como análise de resultados, conciliações contábeis, análise dos relatórios trimestrais e demonstrações financeiras anuais;

Avaliação de processos e controles internos, incluindo a realização do Plano Anual de Auditoria Interna, sendo eventuais fragilidades apontadas em relatórios específicos e implementados planos de ação para correções;

Processo de identificação, avaliação, tratamento e reporte dos riscos corporativos;

Código de Ética e Conduta atualizado, cujas diretrizes devem ser seguidas e divulgadas por todos;

Canal de Denúncia em funcionamento, que preserva o anonimato ao denunciante, bem como o sigilo das informações. As denúncias são recebidas por empresa terceirizada especializada e investigadas pela Diretoria, com reporte ao Comitê de Ética e ao Conselho de Administração da Companhia;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Programa de Avaliação por Competências, focado na avaliação de desempenho e desenvolvimento dos colaboradores e gestores.

A efetividade dos controles é monitorada primeiramente pelas áreas de negócio responsáveis pela sua execução e, ainda, pela Diretoria, sendo eventuais desvios e ações de mitigação reportada ao Conselho de Administração da Companhia.

A Administração da Companhia entende que a estrutura de controles internos é adequada para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

As estruturas organizacionais envolvidas no processo de gestão de controles internos, incluem, além de todas as áreas, todos os Gestores Operacionais, a Diretoria Executiva, o Comitê de Ética e Conselho de Administração, conforme descrito a seguir:

Compete ao **Conselho de Administração da CRT**, como parte de suas atribuições previstas, (i) definir o nível de risco desejável para os negócios, assim como assegurar que a Diretoria mantenha um sistema de gestão de riscos, monitorando probabilidade de ocorrência e adotando medidas para sua prevenção ou mitigação, e (ii) avaliar a efetividade do sistema de controles internos, incluindo políticas e limites de alçada. No exercício de suas atribuições, conta ainda com o apoio de Comitês de Assessoramento.

À **Diretoria Executiva da CRT** cabe, dentre suas atribuições, cumprir e fazer cumprir o modelo de gestão e controle de riscos definidos juntamente com o Conselho de Administração da CRT, além de coordenar as ações para implantação, supervisão e manutenção de controles internos, necessários ao bom funcionamento da Companhia.

A **Diretoria Financeira e RI** é responsável pela condução dos processos de avaliação de riscos corporativos e de controles internos, incluindo (i) o estabelecimento de metodologias de análise, (ii) a documentação e reporte das avaliações, e (iii) o apoio aos gestores de negócio na definição de ações para mitigação das principais exposições a riscos corporativos e saneamento de fragilidades identificadas nos processos de negócio. Cabe ainda a esta diretoria a manutenção do Programa de Integridade, incluindo ações de disseminação para colaboradores e terceiros, *Anti Bribery and Corruption Due Dilligences*, auditorias forenses, revisões do Código de Ética e Conduta, e investigação de denúncias recebidas através do Canal de Denúncias.

Às **áreas de negócio** cabe a responsabilidade primária pelo monitoramento dos riscos inerentes aos seus processos, além do estabelecimento e manutenção de um ambiente adequado de controles internos para mitigação desses riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela Diretoria Executiva, com apoio do Conselho de Administração, responsável por (i) acompanhar a execução dos trabalhos de Auditoria Externa e a evolução das ações que visam atender a Carta de Recomendações emitida pelos Auditores Externos, (ii) analisar os relatórios trimestrais e demonstrações financeiras anuais da Companhia, zelando por sua qualidade e integridade, (iii) acompanhar os riscos da Companhia, (iv) acompanhar o resultado dos trabalhos de controles internos, (v) acompanhar os resultados do Programa de Integridade e (vi) acompanhar os resultados do Canal de Denúncia.

Além de seu papel na condução do processo de avaliação de riscos corporativos da Companhia, a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, incluindo processos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

De forma complementar, a Auditoria Interna, quando solicitada pelo Conselho de Administração da CRT, define e executa o Plano Anual de auditoria, reportando eventuais fragilidades e recomendações a este.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

O relatório dos auditores independentes relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 não contém identificação de deficiências significativas relativas aos controles internos da Companhia.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

As deficiências e recomendações reportadas pelos auditores independentes da Companhia, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não foram consideradas significativas ao ponto de gerar risco de distorções materiais nas demonstrações financeiras da Companhia. Ainda assim, a Companhia busca o aprimoramento contínuo de seus processos de controle, tratando os apontamentos recebidos quando julgados apropriados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, a Companhia implantou o Código de Ética e Conduta que determina as melhores práticas a serem observadas por todos os empregados e colaboradores da CRT, bem como estabelece compromissos éticos e de responsabilidade no desempenho das atividades junto aos usuários e acionistas, atuação nos setores público e privado e nas relações com a sociedade como um todo.

A CRT disponibiliza canais confidenciais para receber informações, reclamações, denúncias, dicas e sugestões, identificadas ou anônimas, que serão examinadas pela área competente. Linha direta: 0800 741 0020

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não há outras informações relevantes a serem divulgadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

As informações pertinentes a gerenciamento de riscos e controles internos foram prestadas nos formulários 5.1 e 5.3.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Diretoria da Companhia entende que sua atual estrutura financeira e patrimonial é suficiente para desenvolver as atividades estabelecidas no contrato que regula a concessão. O atual perfil patrimonial da Companhia é adequado para cumprir suas obrigações de curto prazo, lhe fornecendo plenas condições de lidar com as dívidas de médio prazo, bem como de contratar novos endividamentos no mercado que sejam necessários para a execução de suas atividades.

Todas as operações da Companhia são realizadas no Brasil, razão pela qual seus resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do país, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio e políticas tributárias.

Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A Diretoria entende que adota uma política financeira conservadora em seus níveis de alavancagem, sem exposição dos níveis da composição atual. A Companhia teve seu rating mantido em 2018 em 'AAA(bra)' pela agência classificadora de riscos "Fitch Ratings", com perspectiva Estável.

Quanto ao resgate de ações, a Companhia não possui ações resgatáveis e/ou em circulação e nem previsão de realização de tal evento, nos termos do estatuto em vigor.

Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, o nosso fluxo de caixa e nossa posição de liquidez, bem como os projetos em implantação, acreditamos ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não seja possível assegurar que tais condições manter-se-ão inalteradas ao longo do tempo. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, acredita-se ter capacidade para contratá-los atualmente.

Caso seja necessária a cobertura de deficiência de liquidez, a Companhia fará uso de linhas de crédito oferecidas pelos seus bancos de relacionamento, bem como da emissão de instrumentos de dívida, tais como notas promissórias ou debêntures. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

A Companhia mantém o índice de alavancagem financeira entre 0 e 1,00. Os índices de alavancagem financeira em, 31 de dezembro de 2017 e, em 31 de dezembro de 2016 podem ser assim sumariados:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Debêntures	14.828	20.366
Total dos empréstimos (Nota 13)	27.317	38.575
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(21.463)	(30.446)
Dívida líquida	20.682	28.495
Total do patrimônio líquido	160.341	175.109
Total do capital	181.023	203.604
Índice de alavancagem financeira	0,11	0,14

Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia mantém linhas de crédito pré-aprovadas com as principais instituições financeiras do País, para eventual necessidade de capital de giro emergencial.

Empréstimos e Financiamentos (em R\$ mil)

Com relação aos níveis de endividamento, a Companhia possui financiamento de longo prazo obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar as obras na rodovia, cujas condições são descritas a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	Curto	Longo	Curto	Longo
	Prazo	Prazo	Prazo	Prazo
BNDES	<u>14.801</u>	<u>12.516</u>	<u>18.548</u>	<u>20.027</u>

As parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	<u>2017</u>
2019	9.791
2020	2.334
2021	391
Total Longo Prazo	<u>12.516</u>

Grau de subordinação entre as dívidas.

Não há nenhum tipo de subordinação entre as dívidas existentes.

Eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos acima possuem as seguintes garantias:

- I. Carta de fiança emitida pelo Banco Santander (BRASIL) S.A. com vencimento em 10 de janeiro de 2017, sendo substituída por nova carta de fiança emitida pelo Banco ABC Brasil S.A., cujo vencimento ocorrerá em 26 de novembro de 2018.
- II. Cessão fiduciária de créditos, criação de conta reserva no valor correspondente a 3 (três) PMT's e penhor de 15,37%, das ações da concessionária em poder dos seguintes intervenientes: Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR, CCNE Carioca Concessões S/A, Road Participações em Concessionárias LTDA e Queiroz Galvão Logística S/A.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O contrato de empréstimo firmado em dezembro de 2013 está sujeito a cláusulas restritivas.

As principais resumidas são:

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem prévia e expressa autorização do BNDES;
- Não apresentar sem prévia e expressa autorização do BNDES saldo devedor que represente mais de 15% da receita bruta da Companhia. Ficam excluídos do cálculo a que se refere esta cláusula, os valores referentes à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para operação da beneficiária; ao saldo devedor referente ao crédito decorrente desse contrato; à contratação de financiamento junto ao BNDES e ao BNDES Automático; à emissão de debêntures.
- Durante a vigência do contrato, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, quando a relação entre Patrimônio Líquido e Passivo Total for inferior a 20% ou índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3.
- IV – Requerer prévia e expressa anuência do BNDES para alteração no seu quadro acionário vigente à data de assinatura do presente contrato que implique no ingresso de novo acionista com participação igual ou superior a 20% do capital social da beneficiária.

A CRT comprovou a inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, conforme critério do BNDES pudesse comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES.

Os financiamentos obtidos junto ao BNDES tem sua liberação à medida que a Companhia comprova os pagamentos realizados aos fornecedores e da apresentação do cronograma físico-financeiro realizado e previsto.

Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, foram

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

captados recursos de longo prazo no Brasil (BNDES) compatíveis com as necessidades de investimentos previstas no contrato de concessão.

Em 2009, obtivemos financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 51,8M para realização das obras previstas na rodovia no período 2008-2012. Em maio de 2012, finalizamos a fase de captação. O saldo a ser amortizado até julho de 2019 é de R\$ 3,1M.

Em agosto de 2012, realizamos o financiamento da construção da balança fixa localizada no Km 131 e de parte da ampliação da capacidade da subida da serra (Trecho 2B), no valor de R\$ 9,5M, por meio da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco ABC BRASIL S.A.. A dívida foi totalmente liquidada.

Em dezembro de 2013, a companhia assinou, no valor de R\$ 52,7 milhões junto ao BNDES, o contrato de financiamento de importantes obras que foram realizadas ao longo da rodovia, com destaque para a ampliação da capacidade da subida da serra (Trecho III) e a reconstrução do pavimento entre os quilômetros 71 e 89. Houve a captação de apenas R\$ 41,8M, devido a eliminação da obra do trecho IV da Serra no cronograma de investimentos da Companhia, conforme 21ª Revisão Ordinária (PER). O saldo a ser amortizado até setembro de 2019 é de R\$ 17,2M.

Em 2016, a Companhia assinou o contrato de financiamento no valor de R\$ 20M por meio da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco SANTANDER (BRASIL) S/A. Essa operação tem por finalidade o financiamento de obras de contenção de encostas, construção de rua lateral e construção de retorno. Até o momento houve a captação de R\$ 7,0M. O saldo a ser amortizado até fevereiro de 2021 é de R\$ 7M.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados da Operação da Companhia

(i) Descrição dos componentes importantes da receita:

A receita operacional bruta da Companhia é composta principalmente pela receita de pedágio, que correspondeu em 2017 a 99,2% do faturamento total, excluindo a receita de construção e provisões. As demais receitas (0,8%) foram obtidas por meio de direito de uso da faixa de domínio.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A continuação da crise econômica vivida pelo país e a intensificação dos roubos de cargas no Estado do Rio de Janeiro, tornaram 2017 um ano mais desafiador para a Companhia, pois os dois eventos impactaram fortemente o tráfego pedagiado. Como forma de mitigar os efeitos desse impacto, a CRT promoveu grandes esforços para a redução dos custos e reprogramou uma série de investimentos, permitindo um fluxo de caixa saudável.

As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária Rio Teresópolis S/A. são definidas pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres. A ANTT, pela Resolução 5.417/17 de 20/09/2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2017, reconheceu o desequilíbrio do contrato de concessão na 21ª Revisão Ordinária e aprovou a 7ª Revisão Extraordinária da tarifa básica de pedágio (TBP), autorizando o reajuste da TBP de R\$ 17,10 para R\$ 18,10, que passou a vigorar a partir do dia 25/09/2017. Esse reajuste corresponde ao IPCA de 2017, ao repasse da isenção de cobrança dos eixos suspensos de 2016 e 2017, advinda da lei dos caminhoneiros, a novas contenções emergenciais, a despesas com envio de multas de trânsito, entre outros previstos no PER¹.

Embora a ANTT tenha reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, apresentado na 7ª Revisão Extraordinária e na 21ª Revisão Ordinária, até o momento não aprovou a forma de reequilibrar o contrato de concessão conforme as previsões legais. A CRT entende que a ANTT respeitará essa medida e continuará mantendo seu compromisso na excelência de serviços prestados aos usuários da rodovia e na contribuição ao desenvolvimento econômico e social dos municípios onde está presente, como vem ocorrendo ao longo dos últimos 22 anos.

¹ PER – Programa de Exploração da Rodovia.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Apesar do aumento do PIB de 2017 em relação a 2016, de 1,0%, a taxa de desemprego, segundo a PNAD², ficou 12,7% contra 11,5% em 2016. Foram mais de 13 milhões de pessoas desempregadas. Com tantos postos de trabalho fechados, somados à crise financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seus municípios e ao aumento de roubos de cargas nas estradas do estado, o tráfego pedagiado apresentou queda de 10,2% em relação a 2016.

Segundo o índice ABCR³, o movimento nas estradas do país teve um aumento de 1,9% em relação a 2016. Já no Estado do Rio de Janeiro, o índice aponta recuo no tráfego de 1,5% em relação ao ano passado. O fluxo de veículos leves caiu 1,0% e o de pesados 4,4%.

O número de veículos equivalentes⁴ pedagiados em 2017 foi de 14,5 milhões, em 2016, 16,3 milhões e em 2015, 16,3 milhões.

A receita operacional bruta, excluída receita de construção e provisões, em 2017 foi de R\$ 249,5 milhões, em 2016 de R\$ 201,9 milhões e em 2015 de R\$ 195,9 milhões.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Os principais fatores que afetam o faturamento da Companhia são: (i) taxa de inflação (IPCA) que é o indexador usado para o reajuste da tarifa básica; (ii) evolução da economia regional e nacional; e (iii) o calendário anual, que reflete a quantidade de dias úteis e feriados ao longo do ano.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

Principais indexadores:

IPCA: a receita operacional da Companhia e a maior parte dos custos são reajustados por este indexador;

² PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE).

³ ABCR - Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovia.

⁴ Cada veículo equivalente corresponde a um veículo leve ou a um eixo de veículo pesado.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

CDI: todas as aplicações financeiras da Companhia são remuneradas por este índice.

A Companhia não opera com derivativos;

TJLP: 100% da dívida da Companhia, constituída por meio de financiamento junto ao BNDES, é atualizada pela TJLP;

Outros: 35,2% do endividamento total da companhia é composto por debêntures, que são remuneradas através de participação no resultado, em conjunto e simultaneamente com os dividendos pagos aos Acionistas.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Os administradores não esperam a ocorrência de eventos capazes de produzirem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras. Informamos, ainda, que: i) Não ocorreram alienações de segmento operacional; ii) Não houve constituição ou alienação de participação societária; iii), e Não ocorreram operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a) Em 2017 não houve mudança nas práticas contábeis adotadas pela Companhia, sendo que as mesmas políticas e práticas contábeis vêm sendo aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015. A Companhia elabora suas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b) Não houve ressalvas do Auditor, tendo a Companhia atendido à legislação vigente.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conjunto com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos, subjetivos e no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia concentra suas atividades na exploração dos serviços previstos no contrato de concessão. A Companhia foi constituída com um propósito específico, possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

Dentre as políticas contábeis mais relevantes, destacamos as seguintes:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

1. Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

1.1. Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a atividade da Companhia é alcançada pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. A Companhia entende que não há margem nas receitas de construção, uma vez que contrata de terceiros a totalidade das obras necessárias para o cumprimento de seus contratos e que o negócio da CRT é a operação e não a construção da infraestrutura de transportes.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

1.2. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados à infraestrutura da concessão classificados como ativo intangível, em atendimento ao ICPC 01.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada ou prazo de concessão, o que ocorrer primeiro e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

1.3. Provisão para manutenção

A Companhia provisionou, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações anuais devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, e os montantes não cobertos pelas apólices de seguro, quando aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

3. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia, quando aplicável, constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

4. Valor justo de instrumentos financeiros

4.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**4.2. Custos de empréstimos**

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

4.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos quatro anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Não mantivemos quaisquer operações, contratos e/ou obrigações passíveis de fatos relevantes que possam afetar significativamente nossos resultados ou perfil de risco.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a rodovia BR-040/RJ até Além Paraíba, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. O convênio destina 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

No Programa de Exploração da Rodovia - PER, estão previstos investimentos no montante de R\$ 112.424, como segue (dados em milhares de reais):

	2018	2019	2020 a 2021	Total
Investimentos – PER	38.449	31.667	42.308	112.424

Em 27 de agosto de 2012 foi assinado quarto aditivo ao contrato de concessão, com a adoção do fluxo de caixa marginal para as novas obras (não previstas no PER), além da

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

adoção do IPCA em substituição à fórmula paramétrica, originariamente prevista no contrato de concessão.

A ANTT, por meio da Resolução 5.417/17 de 20/09/2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2017, reconheceu o desequilíbrio do contrato de concessão na 21ª Revisão Ordinária e aprovou a 7ª Revisão Extraordinária da tarifa básica de pedágio (TBP), mas até o momento não aprovou a forma de reequilibrar o contrato de concessão conforme as previsões legais.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não houve.